

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE – LGPD em 28/02/2023

O Serviço Notarial e de Registro do 2º Ofício de Araruama, RJ, valoriza a privacidade e proteção das informações e desenvolveu esta Política de Privacidade para demonstrar o compromisso em proteger dados pessoais e descrever procedimentos de proteção ao coletar, tratar e armazenar informações pessoais. Esta Política de Privacidade é regida, interpretada e executada de acordo com a legislação brasileira, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), Lei Federal nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), Lei Federal nº 6.015/1973, Lei Federal nº 8.935/94, bem como do Provimento nº 87/2020/CGJ-RJ. Esta Política de Privacidade é regularmente revisada para assegurar a conformidade com leis, regulamentações e novas tecnologias, refletindo possíveis mudanças de procedimentos, provimentos, operações e/ou práticas. É importante o acesso regular a esta política, assim como a observância da data de atualização informada ao final do documento.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CONTROLADOR

Para fins da Lei Geral de Proteção de Dados e nos termos do art. 257, parágrafo único do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro, o Controlador de dados pessoais e responsável pelas decisões referentes ao seu tratamento é o Delegatário do 2º Ofício de Araruama, RJ, que pode ser contatado pelo telefone e e-mail abaixo:

Telefone: (022) 26745500 E-mail: [cartorioararuama@cartorioararuama.com.br](mailto:cartorioararuama@cartorioararuama.com.br)

<p><b>a) DADOS CADASTRAIS E DE COMUNICAÇÃO</b></p> <p>São informações pessoais que o USUÁRIO disponibiliza para prestação de serviços por esta SERVENTIA, como: nome completo, RG, CPF, endereço, número de telefone, e-mail, etc. Os dados de cadastro são tratados para fins de identificação do USUÁRIO, operação e garantia dos serviços prestados, manutenção de backup de bases de dados, geração de dados estatísticos e comunicação com USUÁRIOS. A base legal (legitimidade) para o tratamento é o consentimento</p>	<p><b>b) DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS</b></p> <p>São dados que podem levar à discriminação de pessoas (tais como os que remetem à origem racial, étnica ou dados biométricos). O eventual tratamento de tais dados possui como finalidade a identificação de USUÁRIOS no meio digital e prevenção a fraudes. A base legal (legitimidade) para o tratamento de tais dados é o cumprimento de obrigação legal ou normativa</p>
<p><b>c) DADOS FINANCEIROS E DE PAGAMENTO</b></p> <p>São informações pessoais necessárias para o processamento e pagamento dos serviços prestados, incluindo informações bancárias de cobrança e crédito (e.g. número da agência e da conta corrente), número do cartão de crédito, dentre outros. Os dados financeiros e de pagamento são tratados para o fornecimento de serviços, manutenção de arquivos e/ou cumprimento de obrigações fiscais. A base legal (legitimidade) para o tratamento de tais dados é o cumprimento de obrigação legal,</p>	<p><b>d) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DIGITAL</b></p> <p>São informações geradas automaticamente, quais sejam, as características do dispositivo de acesso, as características do navegador, o Protocolo de Internet (IP, data e hora), as telas da SERVENTIA acessadas, os registros de acesso à SERVENTIA, os dados de geolocalização e o histórico das solicitações realizadas para coleta. A base legal (legitimidade) para o tratamento de tais dados é o cumprimento de obrigação legal, especificadamente as estipuladas no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).</p>

especialmente a legislação fiscal.	
<p><b>e) DADOS COLETADOS DE FORMA AUTOMÁTICA</b></p> <p>Além de dados de identificação digital indicados anteriormente, outras informações poderão ser coletadas de forma automática, tais como dados de interação do USUÁRIO com os websites a que esta Política de Privacidade se aplica. Podem ser utilizadas para aperfeiçoar a experiência do USUÁRIO nas plataformas e, eventualmente, para fins publicitários. A coleta desse tipo de informações é totalmente customizável pelo USUÁRIO, podendo ser desabilitada a qualquer momento. A base legal (legitimidade) para o tratamento de tais dados é o legítimo interesse da SERVENTIA.</p>	<p><b>f) DADOS DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO</b></p> <p>São informações fornecidas pelo USUÁRIO na aba “Fale Conosco”, mediante chat ou e-mail, podendo incluir detalhes sobre perguntas e problemas com serviços. Esses dados são tratados para atualização de processos de resposta e melhoria do atendimento. A base legal (legitimidade) para o tratamento de tais dados é o legítimo interesse da SERVENTIA.</p>
<p><b>g) DADOS DE REGISTROS DE IMÓVEIS E DADOS DE ACESSO PÚBLICO</b></p> <p>São informações fornecidas pelo USUÁRIO e de acesso público, tais como nome, endereço, data de nascimento, sexo, estado civil, direitos em relação à propriedade, referência a documentos arquivados na SERVENTIA, dados de transações imobiliárias, imóveis, ônus e outras restrições sobre a propriedade, etc. Os dados do registro de imóveis são tratados para o interesse/finalidade pública de conferir cognoscibilidade aos direitos reais constituídos no fôlio real, nos termos da Lei Federal nº 6.015/1973. A base legal (legitimidade) para o tratamento de tais dados é o cumprimento de obrigação legal.</p>	

Para a coleta de dados pessoais serão observadas as seguintes regras essenciais:

- (i) Apenas serão coletadas informações imprescindíveis para a prestação do serviço solicitado;
- (ii) Se necessário, será solicitada autorização para coleta de novos dados, acompanhado da devida justificativa; e
- (iii) Os dados pessoais coletados somente serão utilizados para cumprir com as finalidades informadas ao USUÁRIO.

A coleta, armazenamento, utilização e demais hipóteses de tratamento realizados com dados pessoais fornecidos pelo USUÁRIO são providências inerentes as atividades de REGISTRO IMOBILIÁRIO DE IMÓVEIS e serão realizadas, em conformidade com uma das hipóteses legais previstas no artigos 7º e 11º, da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e, em especial, em razão (i) da necessidade de cumprimento de obrigações legais ou regulatórias incidentes; (ii) da necessidade de utilização para a execução ou realização de procedimentos preliminares relacionados à serventia; (iii) da necessidade de garantia de prevenção à fraudes e à segurança do USUÁRIO.

O eventual tratamento de dados pessoais para finalidades não previstas nesta Política de Privacidade somente ocorrerá mediante comunicação prévia ao USUÁRIO, de modo que os direitos e obrigações aqui previstos permanecem aplicáveis.

### 3. POR QUANTO TEMPO OS DADOS PESSOAIS FICAM ARMAZENADOS?

Os dados pessoais tratados no Serviço Notarial e de Registro do 2º Ofício de Araruama, RJ, para a finalidade registral específica são mantidos por tempo indeterminado, necessário para o cumprimento das finalidades legais, em especial, a segurança jurídica e a publicidade, inerentes ao SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL, nos termos do art. 167 da Lei Federal 6.015/73.

Todas as devidas precauções técnicas e organizacionais são adotadas para evitar a perda, uso indevido ou alteração de seus dados pessoais. A transmissão de informações realizadas pela Internet pode apresentar-se insegura, pois trafega em diversos provedores de serviços. Assim, não podemos garantir a plena segurança dos dados transmitidos via web. Sempre quando possível, será considerado o direito à exclusão ou oposição ao tratamento dos dados, observada a legislação específica.

### 5. COMPARTILHAMENTO DOS DADOS

O Serviço Notarial e de Registro do 2º Ofício de Araruama, RJ, poderá eventualmente compartilhar dados coletados com terceiros, nas hipóteses relacionadas abaixo:

- a) Com a Central de Serviço Eletrônico Compartilhado – ARIRJ ([www.arirj.org.br](http://www.arirj.org.br)).
- b) Para proteção dos interesses da SERVENTIA em caso de conflito, inclusive demandas judiciais; ou,
- c) Mediante ordem judicial ou por requerimento de autoridades administrativas que detenham competência legal para a sua requisição, de acordo com o § 1º do art. 10 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e com o art. 23, §5º da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).
- d) Para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com missão institucional de pesquisa básica ou aplicada de caráter fiscal, histórico, científico, tecnológico ou estatístico, nos termos do art. 5º, XVIII da Lei Geral de Proteção de Dados. Nesse caso, as informações fornecidas poderão ser anonimizadas.
- e) Para a administração pública, tendo em vista as finalidades de que o art. 23 da Lei Geral de Proteção de Dados.
- f) Demais comunicações obrigatórias inerentes às atribuições deste Serviço Extrajudicial.

O compartilhamento dos dados pessoais do USUÁRIO observará as finalidades previstas nesta Política, no art. 26, §1º, III, art. 27, III da LGPD e artigos 1.056 e 1.057 do Provimento nº 87/2020/CGJ-RJ, bem como nos princípios e as garantias estabelecidas pela LGPD.

### 6. CONSENTIMENTO

Caso a finalidade da coleta para tratamento de dados pessoais necessite do consentimento, este será solicitado por meio das plataformas ou termo formulário específico.

### 7. DIREITOS DO USUÁRIO

O USUÁRIO poderá, a qualquer momento e a critério próprio, requerer o acesso, atualização e/ou exclusão dos dados tratados que estejam em posse do Serviço Notarial e de Registro do 2º Ofício de

Araruama, RJ. Ficam assegurados, ainda, ao USUÁRIO, no que diz respeito ao processamento de seus dados pessoais, os seguintes direitos:

- a) Confirmação da existência de tratamento de dados pessoais;
- b) Acesso aos dados pessoais coletados;
- c) Correção de dados, caso estes estejam incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação brasileira aplicável;
- e) Eliminação dos dados tratados com o seu consentimento, observada a legislação aplicável;
- f) Obtenção de informações sobre as entidades públicas ou privadas com as quais o Serviço Notarial e de Registro do 2º Ofício de Araruama, RJ, compartilhou os dados;
- g) Informações sobre a possibilidade de não fornecer o seu consentimento, bem como de ser informado sobre suas consequências, em caso de negativa; e
- h) A revogação do consentimento concedido para o tratamento de dados pessoais, observadas as limitações previstas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como legislação aplicada às SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.

A revogação do consentimento de que trata a letra “h” do item anterior, poderá ser realizada a qualquer momento, mediante expressa manifestação do USUÁRIO, por meio de simples envio de e-mail ou correspondência ao Serviço Notarial e de Registro do 2º Ofício de Araruama, RJ.

Salienta-se que a revogação desse consentimento, embora possa resultar na exclusão de informações cadastrais armazenadas pela SERVENTIA para as finalidades informadas ao USUÁRIO em nossa Política de Privacidade, não implica a retirada de informações pessoais do sistema de registro público, por se tratar de arquivo de natureza pública que confere cognoscibilidade da situação de direitos reais a terceiros, nos termos da Lei nº 6.015/1973.

O exercício de quaisquer dos direitos acima previstos, bem como o envio de reclamações, comunicações, pedidos de esclarecimentos e pedidos de adoção de providências, poderá ser realizado por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico [cartorioararuama@cartorioararuama.com.br](mailto:cartorioararuama@cartorioararuama.com.br) ou ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do Serviço Notarial e de Registro do 2º Ofício de Araruama, RJ, cujos contatos estão disponíveis no nestes Termos.

## 9. ALTERAÇÕES PARA ESSA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

É reservado o direito de modificar essa Política de Privacidade a qualquer momento e por isso, é recomendável que o USUÁRIO | VISITANTE revise-a com frequência. As alterações e esclarecimentos surtem efeito imediatamente após a publicação na plataforma. Quando realizadas alterações os USUÁRIOS serão notificados. Ao utilizar o serviço ou fornecer informações pessoais após eventuais modificações, o USUÁRIO | VISITANTE demonstra sua concordância com as novas normas.

## 10. JURISDIÇÃO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Esta Política deve ser interpretada segundo a legislação brasileira. Caso alguma disposição seja considerada ilegal ou ilegítima, as demais condições válidas permanecerão aplicáveis. Fica eleito o foro da comarca de Araruama, Estado do Rio de Janeiro para resolução de qualquer litígio ou controvérsia envolvendo este documento.

#### 11. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Para o envio de reclamações, comunicações, pedidos de esclarecimentos, adoção de providências ou exercício de qualquer um dos direitos previstos na presente Política, o USUÁRIO deverá encaminhar suas requisições ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do Serviço Notarial e de Registro do 2º Ofício de Araruama, RJ, cuja qualificação e meios de contato são:

Encarregado (DPO): Luiz Carlos Oliveira Coutinho

E-mail para contato: [substituto@cartorioararuama.com.br](mailto:substituto@cartorioararuama.com.br)

Araruama, 23/02/2023.